

Demonstrações Financeiras

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	6
Demonstração dos resultados.....	7
Demonstração dos resultados abrangentes.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Arcoverde Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'MA Quintanilha', is written over a horizontal line that extends to the right.

Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC-1SP132776/O-3

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Expressos em reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.423.990	1.607.766
Despesas antecipadas	7	231.352	115.510
Impostos a recuperar		4.846	77.499
Adiantamentos a fornecedores e empregados	8	13.433.990	6.765.959
		29.094.178	8.566.734
Não circulante			
Despesas antecipadas	7	243.888	329.452
Adiantamento a fornecedores	8	5.483.654	-
Infraestrutura da concessão – ativo de contrato	9	236.526.719	4.617.928
Depósitos judiciais e cauções		39.000	-
Imobilizado		79.924	-
Intangível		64.530	-
		242.437.715	4.947.380
Total do ativo		271.531.893	13.514.114
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	49.854.457	12.451
Empréstimos e financiamentos	12	68.899.700	12.335.999
Tributos e contribuições sociais	11	2.674.011	177.730
Salários e encargos sociais		1.506.541	551.659
		122.934.709	13.077.839
Não circulante			
Tributos diferidos	13	44.308.695	429.225
		44.308.695	429.225
Patrimônio líquido			
Capital social	14a	65.000.000	100
Reservas de lucro	14b	39.288.489	6.950
		104.288.489	7.050
Total do passivo e do patrimônio líquido		271.531.893	13.514.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Expressas em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	15	208.768.354	4.192.283
Custo da operação	16	<u>(144.339.727)</u>	<u>(4.160.923)</u>
Lucro bruto		<u>64.428.627</u>	<u>31.360</u>
Despesas			
Gerais e administrativas	17	<u>(2.030.953)</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>62.397.674</u>	<u>31.360</u>
Resultado financeiro	18	<u>(2.370.420)</u>	<u>(20.830)</u>
Receitas financeiras		200.735	-
Despesas financeiras		<u>(2.571.155)</u>	<u>(20.830)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>60.027.254</u>	<u>10.530</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Diferido	19	<u>(21.857.733)</u>	<u>(3.580)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>38.169.521</u></u>	<u><u>6.950</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Expressas em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	38.169.521	6.950
Total de resultados abrangentes	<u>38.169.521</u>	<u>6.950</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Expressas em reais)

	Capital social subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Lucro (prejuízos) acumulados	Total
Constituição da Sociedade em 26 de maio de 2017	1.000	(900)	-	-	-	100
Lucro líquido do período	-	-	-	-	6.950	6.950
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	-	-	200	-	(200)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	6.750	(6.750)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.000	(900)	200	6.750	-	7.050
Integralização de capital	-	900	-	-	-	900
Aumento de capital conforme AGE de 31 de julho de 2018	8.500.000	-	-	(6.683)	-	8.493.317
Aumento de capital conforme AGE de 31 de outubro de 2018	40.960.000	-	-	-	-	40.960.000
Aumento de capital conforme AGE de 13 de novembro de 2018	15.539.000	-	-	-	-	15.539.000
Lucro do exercício	-	-	-	-	38.169.521	38.169.521
Adoção CPC 47, efeito em 01 de janeiro de 2018	-	-	-	-	1.118.701	1.118.701
Constituição da reserva legal	-	-	1.964.411	-	(1.964.411)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	37.323.811	(37.323.811)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	65.000.000	-	1.964.611	37.323.878	-	104.288.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Expressas em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	38.169.521	6.950
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.857.733	3.580
PIS e COFINS diferidos	21.279.419	425.645
Adoção CPC 47, efeito em 01 de janeiro de 2018	1.854.236	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	185.230	19.705
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Infraestrutura da concessão – ativo de contrato	(231.908.791)	(4.617.928)
Depósitos judiciais e cauções	(39.000)	-
Impostos a recuperar	(4.846)	-
Despesas pagas antecipadamente	(30.278)	(444.962)
Adiantamentos a fornecedores e empregados	(12.151.685)	(6.765.959)
Outros	77.499	(77.499)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	49.842.006	12.451
Juros pagos	(1.345.198)	-
Tributos e contribuições sociais	1.396.552	177.730
Salários e encargos sociais	2.364.278	551.659
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(108.453.324)	(10.708.628)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(79.924)	-
Aquisição de ativo intangível	(64.530)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(144.454)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	64.993.219	100
Empréstimo captados	83.418.143	12.316.294
Empréstimo pagos	(25.997.360)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	122.414.002	12.316.394
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	13.816.224	1.607.766
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.607.766	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.423.990	1.607.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

1. Informações gerais

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Arcoverde”), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Rio Branco, nº 1 - 12º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia.

1.1. Da concessão

A Companhia possui o direito de explorar o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$	Mês Base
35/2017	30 anos	10/08/2047	5 anos	2022	IPCA	24.600.000	10/2016

Em 24 de abril de 2017, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 005/2016 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$24.600.000 e deságio de 25,87% frente à RAP máxima apresentada pela ANEEL, de R\$33.185.580. O contrato de concessão foi assinado em 11 de agosto de 2017. A Companhia deverá entrar em operação em até 11 de agosto de 2021.

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Pernambuco:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caetés II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 50 km;
- (ii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Garanhuns II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 89 km;
- (iii) Subestação Arcoverde II, no Estado de Pernambuco, com pátio de 230 kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA;
- (iv) Novo pátio de 69kV na Subestação Garanhuns II, no Estado do Ceará, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; e
- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do período.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de abril de 2019.

2.3. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação da infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas

Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

2.4. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.5. Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

2.6. Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias ("DCR") que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias. As DCRs serão auditadas pela mesma empresa que auditar as demonstrações financeiras para fins societários, e, conforme determinado no MCSE e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017, emitidos pela ANEEL, deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até 30 de abril de 2019.

Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Infraestrutura da concessão – ativo de contrato

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

Ativo contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo, através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, classificados como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas de implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “Impostos Diferidos” no passivo não circulante.

3.3 Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

3.4 Ativo intangível

É avaliado com vida útil definida, mensurado ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.5 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

3.6 Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças tributáveis temporárias, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

3.7 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão provável para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. Vide item 2.3 para aspectos de determinação da taxa de desconto do ativo de contrato.

3.9 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.10 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

3.11 Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de implementação da infraestrutura é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de implementação da infraestrutura, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de implementação da infraestrutura (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa de desconto que melhor representa o componente financeiro dos fluxos de caixa que remuneram os investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.12 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.13 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.14 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4 Principais mudanças nas práticas contábeis

4.1. Pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contratos com clientes

A Companhia adotou o CPC 47 usando método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.2, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o Ativo de Concessão de Implementação da Infraestrutura, até então, classificado como ativo financeiro, e cujo saldo totalizava R\$4.617.928 em 1º de janeiro de 2018, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$6.478.946. A diferença dos critérios de mensuração, no montante de R\$1.861.018 foi contabilizada em lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários.

Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

4.2. Pronunciamento técnico CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A Companhia adotou a nova norma e com base no advento da adoção inicial simplificada, utilizou-se da isenção de não apresentação de informações comparativas dos períodos anteriores.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da adoção do CPC 47 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018:

A adoção do CPC 47 e 48 gerou impacto no balanço patrimonial e demonstração de resultado da Companhia, em 1º de janeiro de 2018 demonstrado a seguir:

	Impactos da adoção CPC 47 e 48 em 01.01.2018
Lucros acumulados	
Infraestrutura da concessão – ativo de contrato	1.861.018
Impostos diferidos relacionados	(742.317)
Impacto em 01 de janeiro de 2018	1.118.701

5 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que

Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e depósitos bancários	-	1.607.766
Aplicações financeiras	15.423.990	-
	<u>15.423.990</u>	<u>1.607.766</u>

As aplicações financeiras, classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, são do tipo CDB, remuneradas pelo CDI.

Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

7 Despesas antecipadas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prêmio de seguros pagos antecipadamente	475.240	427.776
Outros	-	17.186
	<u>475.240</u>	<u>444.962</u>
Corrente	231.352	115.510
Não corrente	243.888	329.452

Saldo refere-se ao seguro de garantia contratado principalmente junto às segurados Travellers e AXA, amortizado de acordo com as vigências das apólices, e vencimentos entre 06 de abril de 2019 e 08 de maio de 2022, respectivamente (Veja nota 21).

8 Adiantamentos a fornecedores e funcionários

Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas, sendo classificados como circulante o montante de R\$ 13.433.990 em 31 de dezembro de 2018 (R\$6.765.959 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 5.483.654 como não circulante em 31 de dezembro de 2018 (NIHIL em 31 de dezembro de 2017). Esses adiantamentos serão baixados no momento das entregas das mercadorias ou de acordo com as faturas subsequentes levantadas pelo fornecedor. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

9 Infraestrutura da concessão – ativo de contrato

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	4.617.928	-
Receita de implementação da infraestrutura	159.052.040	4.585.039
Margem de implementação da infraestrutura	64.121.458	-
Remuneração do ativo de concessão	6.874.275	32.889
Adoção CPC 47, efeito em 01 de janeiro de 2018	1.861.018	-
Saldo final	<u>236.526.719</u>	<u>4.617.928</u>

A Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente, descontados a valor presente. A taxa utilizada pela Companhia para descontar o ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato.

As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

10 Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores relacionados à implementação da infraestrutura	47.554.132	-
Prestadores de serviços	1.950.387	12.451
Outros	349.938	-
Saldo final	49.854.457	12.451

11 Tributos e contribuições

	2018	2017
Contribuição social	20.531	51.187
Imposto de renda retido na fonte	23.166	58.803
ISS	785.616	-
FGTS	81.687	14.867
INSS	1.507.251	52.873
PIS	1.038	-
COFINS	6.386	-
Outros	248.336	-
	2.674.011	177.730

12 Empréstimos e financiamentos

a) Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Encargos	2018	2017
Sterlite Power Grid Ventures Limited	-	-	3.436.837
Sterlite Power Grid Ventures Limited	9%		8.899.162
1º Emissão de debêntures	CDI + 2,85%	68.899.700	-
		68.899.700	12.335.999

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	12.335.999	-
Emissão de Debêntures	70.000.000	-
Empréstimo com partes relacionadas	13.418.144	12.316.294
Juros provisionados	488.115	19.705
Pagamento de principal e juros (partes relacionadas)	(27.342.558)	-
	<u>68.899.700</u>	<u>12.335.999</u>

A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures, emitidas em 14 de novembro de 2018, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária, como vencimento e quitação para 14 de maio de 2020 e a remuneração de taxa DI + 2,85%.

13 Tributos diferidos passivos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
COFINS diferido	17.976.031	75.867
PIS diferido	3.902.691	349.778
Imposto de renda diferido	16.476.712	2.632
Contribuição social diferida	5.953.261	948
	<u>44.308.695</u>	<u>429.225</u>

Os saldos são referentes a: (i) registros contábeis da movimentação do CPC 47 – Receita de contrato com clientes - que será realizado na proporção das operações, considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão; e (ii) PIS e COFINS sobre a receita de implementação da infraestrutura (registrada de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com clientes) cuja realização será de acordo com o recebimento da receita da referida obras (ativo imobilizado da concessão).

14 Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia foi constituída em 26 de maio de 2017 com capital social autorizado de R\$ 1.000, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00.

Em 31 de julho de 2018 houve aumento de capital em R\$8.500.000, mediante a emissão de 8.500.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 31 de outubro de 2018 houve aumento de capital em R\$40.960.000, mediante a emissão de 40.960.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

Em 13 de novembro de 2018 houve aumento de capital em R\$15.539.000, mediante a emissão de 15.539.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$65.000.000 (R\$1.000 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 65.000.000 (1.000 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Sterlite Brazil Participações S.A.	100%
	<u>100%</u>

b) Reservas de lucro

Reserva legal (i)	1.964.611
Reserva de retenção de lucro	37.323.878
Lucro acumulado em 31 de dezembro de 2018	<u>39.288.489</u>

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação.

15 Receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a)	159.052.040	4.585.039
Margem de implementação da infraestrutura (a)	64.121.458	
Remuneração do ativo de concessão (b)	6.874.275	32.889
Lucro bruto	<u>230.047.773</u>	<u>4.617.928</u>
Deduções da receita operacional		
PIS diferido sobre a receita de implementação da infraestrutura	(2.624.358)	(75.327)
PIS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(1.058.004)	-
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(113.426)	(540)
COFINS diferido sobre a receita de implementação da infraestrutura	(12.087.955)	(347.287)
COFINS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(4.873.231)	-
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(522.445)	(2.491)
	<u>(21.279.419)</u>	<u>(425.645)</u>
Receita operacional líquida	<u>208.768.354</u>	<u>4.192.283</u>

- a) **Receita de implementação da infraestrutura e margem** - a receita relacionada a implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme a evolução da implementação da infraestrutura. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia, bem como parcela de ajuste. Quando a Companhia presta mais de

Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

- b) **A remuneração do ativo da concessão** – a remuneração do ativo da concessão é reconhecida pelo método linear com base na taxa que melhor representa o componente financeiro dos investimentos de transmissão, estabelecida no início do projeto.

16 Custo de operação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo de implementação da infraestrutura	(144.339.727)	(4.160.923)
Total do custo da operação	<u>(144.339.727)</u>	<u>(4.160.923)</u>

17 Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal e encargos	(612.275)	-
Serviços de terceiros	(159.757)	-
Material	(329.792)	-
Alugueis	(45.571)	-
Tributos	(323.134)	-
Seguros	(349.911)	-
Outros	(210.513)	-
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(2.030.953)</u>	<u>-</u>

18 Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	187.540	-
Descontos obtidos	13.195	-
	<u>200.735</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(2.176.037)	(19.705)
Comissões e taxas	(269.272)	-
IOF	(124.401)	-
Outros	(1.445)	(1.125)
	<u>(2.571.155)</u>	<u>(20.830)</u>
Resultado financeiro	<u>(2.370.420)</u>	<u>(20.830)</u>

Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

19 Imposto de renda e contribuição social

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	60.027.254	10.530
Alíquotas nominais vigentes	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social esperada	(20.409.266)	(3.580)
Diferenças temporárias	<u>(1.448.467)</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social efetiva	<u>(21.857.733)</u>	<u>(3.580)</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	-	-
Diferido	<u>(21.857.733)</u>	<u>(3.580)</u>
	<u>(21.857.733)</u>	<u>(3.580)</u>

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos diferidos		
Remuneração dos ativos da concessão e margem de implementação da infraestrutura, líquido de PIS e COFINS diferido	66.023.450	29.858
Alíquota nominal (34%)	22.429.973	7.166
Diferenças temporárias	-	(3.586)
Total impostos diferidos	<u>22.429.973</u>	<u>3.580</u>

O saldo de R\$22.429.973 (R\$3.580 em 2017) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da margem de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (CPC 47), bem como da Instrução Normativa 1753/17, reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento.

20 Meio ambiente

A Portaria nº 421/2011 estabelece procedimentos para o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica. Dentre eles, a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) com base no Termo de Referência emitido pelo órgão ambiental competente.

Os custos ambientais ocorridos no exercício estão diretamente relacionados à elaboração dos estudos ambientais, entre outras etapas do licenciamento relacionadas à obtenção da Licença de instalação conforme determinado pelo órgão regulador ambiental.

Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

21 Seguros

A Companhia possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública.

As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R\$224.674.000, com fim da última vigência em 08 de maio de 2022.

22 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

<u>Partes relacionadas</u>	<u>Natureza de operação</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos			
Sterlite Power Grid Ventures Limited	(a) Mútuo	-	3.436.837
Sterlite Power Grid Ventures Limited	(a) Mútuo	-	8.879.457
Sterlite Power Grid Ventures Limited	(a) Juros	-	19.705
		<u>-</u>	<u>12.335.999</u>
Resultado			
Empréstimos e financiamentos			
Sterlite Power Grid Ventures Limited	(a) Juros	1.350.596	-
		<u>1.350.596</u>	<u>-</u>

(a) Referem-se ao empréstimo com parte relacionada obtido junto à Sterlite Power Grid Ventures Limited, liquidado em novembro de 2018.

23 Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

23.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.423.990	1.607.766

<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores	10	49.854.457	12.451
Empréstimos e financiamentos	11	68.899.700	12.335.999

23.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

c) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

24 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das

Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em reais)

obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

25 Eventos subsequentes

Em 14 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 30.000.000,00 (Trinta milhões de reais) junto ao Banco do Nordeste.

Em 14 de março de 2019 a Companhia recebeu o terceiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 30.000.000,00 (Trinta milhões de reais) junto ao Banco do Nordeste.

Em 16 de abril de 2019, a Companhia entrou em fase de teste de operação.